

O LETRAMENTO E SUA INFLUÊNCIA NA VIDA DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Kellen da Rocha Bortolatto

Ana Paula Boff

RESUMO

Pretende-se, com este artigo, identificar a forma com que está sendo trabalhada a leitura em sala de aula e estratégias que possam, contribuir para o letramento de estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA. Tendo em vista que os documentos norteadores do sistema educacional, que convergem a respeito de que seja dever da escola dar condições de estudo ao aluno com vistas a torná-lo um sujeito crítico e apto a interagir conforme a exigência da situação social na qual se encontra. O objetivo principal do ensino de Língua Portuguesa é prover os recursos para que os estudantes tenham acesso aos saberes linguísticos necessários para possibilitar essa interação. Com o intuito de pontuar essa questão, realizou-se um estudo com os alunos dos sextos anos (quintas séries) e dos nonos anos (oitavas séries) de uma escola do município de Criciúma – SC. Fazendo a análise dos dados, concluímos que é o papel da escola à formação de leitores, devendo a mesma fornecer condições para o hábito da leitura. Sendo essencial a participação dos professores nesse processo. Não foi possível constatar que a perda de interesse tenha relação direta com o hábito de ler dos pais, nem com o incentivo dos professores ou as atividades desenvolvidas na escola, já que, segundo os alunos, a maioria dos pais costuma ler e as atividades de leitura são satisfatórias.

Palavras-chave: Prática de leitura. Letramento. Educação de Jovens e Adultos.

1 INTRODUÇÃO

O homem só pode ser homem mediante a educação.
Kant

Os documentos norteadores do sistema educacional brasileiro, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), convergem a respeito de que seja dever da escola dar condições de estudo ao aluno com vistas a torná-lo um sujeito crítico e apto a

interagir conforme a exigência da situação social na qual se encontra. Ainda, segundo a LDB (1996) a modalidade de Educação de Jovens e Adultos passa a ser uma etapa oferecida, não apenas com o intuito de alfabetizar, mas dar oportunidade de escolarização.

O objetivo principal do ensino de Língua Portuguesa é prover os recursos para que os estudantes tenham acesso aos saberes linguísticos necessários para possibilitar essa interação. Assim, esta realidade só pode ser alcançada por meio de um trabalho predominantemente textual, no qual se deva levar em consideração a “bagagem” que o aluno traz consigo. O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão desde a teoria até a prática educacional, tendo como tema o Letramento e sua influência na vida dos estudantes Jovens e Adultos.

Falar de educação é falar de umas das maneiras mais eficazes de construir uma sociedade mais democrática, justa e a melhor forma de dar subsídios para que o indivíduo seja dono de sua própria história. Pensando nas práticas adotadas em sala de aula ainda tão tradicionais, e a transferência do currículo do ensino regular para o Ensino de Jovens e Adultos, que precisa ter o currículo pensando para seu público alvo torna-se relevante a apresentação dos aspectos que serão analisados e apresentados.

O objetivo geral do presente artigo é analisar a forma com que está sendo trabalhada a leitura nas turmas do sexto e nonos anos de uma escola do município de Criciúma. E como objetivo específico identificar estratégias que possam contribuir para o letramento dos referidos estudantes.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa questionamos: que estratégias de leitura podem contribuir para o letramento de estudantes do PROEJA que estudam nas turmas de sexto e nonos anos de uma escola do município de CRICIÚMA?

Para a concretização do objeto proposto realizamos uma pesquisa quantiquantitativa. A teoria será apresentada por meio da leitura e interpretação de autores especializados no assunto como Soares, (1998), dentre outros, e nos documentos que norteiam o Sistema Educacional Brasileiro como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998) e a Proposta Curricular de Criciúma (2001).

A coleta de dados foi realizada por meio de questionário escrito com os alunos, que foram entregues aos alunos em folhas impressas e foi respondido de forma individual. Visando a descobrir se os sujeitos da pesquisa compreendem os textos trazidos à sala de aula pelo professor e se existe variação de gêneros textuais nesse ambiente, analisando-se ao todo 22 (vinte e dois) questionários, sendo 10 (dez) com os alunos do sexto ano e 12 (doze) com alunos do nono ano. Desta forma, pretende-se, analisar, por meio das respostas dos sujeitos da pesquisa, se há efetividade da forma com que está sendo posta a leitura em sala de aula e estratégias que possam contribuir para o letramento efetivo desse público alvo.

2 A REALIDADE ESCOLAR NO BRASIL

Tendo em vista que os documentos norteadores do sistema educacional brasileiro em todas as esferas corroboram que o papel da escola é fornecer ao aluno subsídios para a formação de um sujeito crítico e apto a interagir conforme a exigência da situação social na qual se encontra e que, especificamente, ao ensinar a Língua Portuguesa, segundo os PCNs, é necessário “garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes lingüísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável a todos.” (PCNs, 1997, p.15). Então esta realidade só poderá ser concretizada mediante um trabalho predominantemente textual, com comprometimento dos professores em relação à leitura em sala de aula.

O ensino, no Brasil, principalmente na rede pública, é insatisfatório, conforme aponta Soares (1986, p. 5), “do ponto de vista quantitativo e, sobretudo, qualitativo.” Ou seja, além de não existirem escolas suficientes, a qualidade do ensino não corresponde a um nível mínimo de satisfação e beira a incompetência, sobretudo para as camadas populares.

A escola é uma reflexão da sociedade, que é dividida por classes e representada da seguinte forma: geralmente, quem tem mais dinheiro fala o dialeto de prestígio e quem tem menos, fala o dialeto estigmatizado. A questão é problemática, uma vez que, segundo Freire (1996, p. 21), a sociedade acredita numa ideologia fatalista: nada podemos contra a realidade social que, “de histórica

e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural””. Para tanto, essa reflexão serve para subsídio de não infantilizar a educação, seja ela, para Jovens e Adultos, ou não.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997) apontam o ensino da linguagem para a leitura, compreensão e produção textual de forma contextualizada com a sociedade, considerando o universo no qual o aluno está inserido, cabendo-nos refletir acerca do Letramento. Soares (1998) define que, o termo letramento é a versão para o Português da palavra de Língua Inglesa *literacy*, que significa o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e a escrever.

Soares(1998) conceitua Letramento e alfabetização como:

Se alfabetizar significa orientar a criança para o domínio da tecnologia da escrita, letrar significa levá-lo ao exercício das práticas sociais de leitura e de escrita. Uma criança alfabetizada é uma criança que sabe ler e escrever; uma criança letrada (tomando este adjetivo no campo semântico de letramento e de letrar, e não com o sentido que tem tradicionalmente na língua, este dicionarizado) é uma criança que tem o hábito, as habilidades e até mesmo prazer de leitura e de escrita de diferentes gêneros de textos, em diferentes suportes ou portadores, em diferentes contextos e circunstâncias.

Kleiman (1995), com base em Scribner; Cole (1981), define letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, como sistema simbólico e como tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos. Para Goulart (2006) o modelo ideológico de letramento, concebido por Street (1984), ao lado do modelo autônomo de letramento, enfatiza que todas as práticas de letramento são aspectos não apenas da cultura, mas também das estruturas de poder em uma sociedade.

Por fim, a Educação de Jovens e Adultos- EJA, como um ensino de jovens e adultos, modalidade de educação básica, e tendo como público alvo os alunos para a política de inclusão social, tem como fundamento preparar o estudante para esse processo do letrar-se, e mais do que simples letrar-se atrelar esse aprendizado a sua vida. A partir disso é que surge a indagação; na prática a realidade assemelha-se à teoria? Cabe a nós refletir e propor mudanças.

2.1 OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Conforme a apresentação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), em 1971, foi sancionada a Lei Federal nº 5.692, a qual definia as diretrizes e bases para a Educação, considerando os mesmos objetivos para o Ensino Médio e o Ensino Fundamental, cabendo aos estados e municípios a formulação de propostas curriculares para o embasamento das atividades escolares nos domínios estadual, municipal e particular. Ao final de 1996, aprovou-se a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, cujo objetivo principal é consolidar que a educação, principalmente, o ensino fundamental, é dever público. Com intuito de oferecer uma formação básica comum para todos, a LDB preconiza um parâmetro nacional curricular, flexível e suscetível à complementação das demais esferas governamentais, de acordo com a realidade de cada sistema de ensino.

Nascem então os Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1997, após dois anos de discussão sobre uma proposta inicial, com contribuição de diversos especialistas da área da educação, sob o objetivo de disseminar que é dever de promover a cidadania; ou seja, outra vez uma busca por erradicação da marginalidade escolar.

Visando a um trabalho predominantemente textual, os PCNs preconizam o ensino da língua, que, por ser um elemento de interação e comunicação, possui o atributo de ser dialógica, o que conforme a concepção de linguagem de Bakhtin (2003), significa, de modo geral, que são considerados todos os sujeitos envolvidos no diálogo, seja ele oral ou escrito.

Partindo dessa premissa, surgiram as práticas de ensino, focalizando o uso da linguagem, que, de acordo com os PCNS (1997):

É uma forma de ação interindividual orientada por uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes nos diferentes grupos de uma sociedade nos distintos momentos da sua história. Dessa forma, se produz linguagem tanto numa conversa de bar, entre amigos, quanto ao escrever uma lista de compras, ou ao redigir uma carta – diferentes práticas sociais das quais se pode participar. [...] (PCNs, 1997, p. 23)

Tomando como base essa definição, os PCNs pretendem proporcionar aos alunos uma reflexão acerca do uso da língua e da linguagem, promovendo uma compreensão ativa e, por conseguinte, oferecendo subsídios para torná-lo um sujeito crítico e apto a interagir de forma adequada em qualquer domínio social, que “é um espaço físico onde as pessoas interagem assumindo certos papéis sociais.” (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 22)

Em conformidade com esta perspectiva, a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998, p. 72) amplia que “o sujeito deve encarar a linguagem também como meio privilegiado de ter acesso aos conhecimentos indispensáveis para sua formação, bem como produzi-los sempre que necessário.”

Além disso, ratifica que a comunicação plena dos alunos em qualquer ambiente, tanto oral quanto escrita com base na exposição aos mais diversificados gêneros textuais, é um dos principais papéis do ensino de Língua Portuguesa.

Segundo Marcuschi (2002, p.19),

[...] os gêneros textuais são fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social. Fruto de trabalho coletivo, os gêneros contribuem para ordenar e estabilizar as atividades comunicativas do dia-a-dia, são entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa. No entanto, mesmo apresentando alto poder preditivo e interpretativo das ações humanas em qualquer contexto discursivo, os gêneros não são instrumentos estanques e enrijecedores de ação criativa. Caracterizam-se como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos.

Considerando o aspecto sócio-comunicativo dos gêneros textuais, Bazerman (2006, p. 31) acrescenta que “o gênero é uma ferramenta para descobrir os recursos que os alunos trazem consigo, ou seja, os gêneros que trazem de sua formação e de sua experiência na sociedade”. Desse modo, o professor deve ficar atento para saber converter a ‘bagagem’ do aluno em conteúdos que os incentivem a querer aprender. Ou seja, é exatamente neste ponto que o entrelaçar de antigos e novos conhecimentos deve ocorrer para proporcionar aos alunos maiores possibilidades de expansão do uso da linguagem e, conseqüentemente, melhores chances de comunicação em quaisquer esferas sociais.

2.2.1 A IMPORTÂNCIA DA LEITURA EM SALA DE AULA

A importância da leitura em sala de aula é ponto pacífico nos documentos das três esferas governamentais em questão. Nos PCNs consta que, para se atingir os objetivos do ensino de Língua Portuguesa, dentre outros fatores, deve-se:

Valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos (PCNs, 1997, p. 42).

No mesmo sentido, a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998, p. 72), afirma que “a compreensão do funcionamento da linguagem deverá levar o sujeito a valorizar a leitura como fonte de informação e de fruição estética, bem como fonte de ampliação do horizonte cultural.”

O caráter primordial do estudo por meio de textos pode ser observado também na Proposta Curricular de Criciúma (2008, p. 91-92):

É preciso, assim, pensar numa mudança de foco do objeto de ensino da disciplina de Língua Portuguesa: da teoria gramatical (metalinguagem) para o domínio da linguagem, que se concretiza no texto. O texto passa a ser o centro de todo o processo pedagógico.

Contudo, a grande parte das escolas brasileiras privilegia o ensino da gramática e utiliza o texto como pretexto para o ensino da metalinguagem. Ou seja:

A leitura na escola tem sido, fundamentalmente, um objeto de ensino. Para que possa constituir também objeto de aprendizagem, é necessário que faça sentido para o aluno, isto é, a atividade de leitura deve responder, do seu ponto de vista, a objetivos de realização imediata. Como se trata de uma prática social complexa, se a escola pretende converter a leitura em objeto de aprendizagem deve preservar sua natureza e sua complexidade, sem descaracterizá-la. Isso significa trabalhar com a diversidade de textos e de combinações entre eles.
(PCNs, 1997, p. 54)

Reiterando essa posição, Possenti (2000, p. 20) corrobora que:

Ler e escrever não são tarefas extras que possam ser sugeridas aos alunos como lição de casa e atitude de vida, mas atividades essenciais ao ensino da língua. Portanto, seu lugar privilegiado, embora não exclusivo, é a própria sala de aula.

Ou seja, a leitura e a escrita são atividades as quais devem ser proporcionadas pelo professor de Língua Portuguesa e demais professores, primordialmente, dentro do ambiente escolar, para que, a partir dessas experiências, o aluno, mais que aprenda, compreenda a língua e consiga fazer uso da linguagem de forma adequada.

A leitura trata-se de uma prática social envolvendo atitudes, gestos e habilidades que são mobilizados pelo leitor. Atitudes como gostar de ler e interessar-se pela leitura, podem ser construídas, no espaço familiar e em outras esferas na qual a escrita esteja inserida. Mas, é na escola que este gosto pode ser incentivado, não se restringindo a um momento único, mas sim constituindo componentes de todo um processo de escolarização e frutos de um trabalho contínuo.

Trata-se ainda de uma condição do indivíduo para que o mesmo consiga compreender o outro, as interações com o mundo, visando assim que o aluno consiga não apenas fazer a leitura da palavra que esteja escrita, mas possa captar a mensagem que a mesma esta tentando passar.

Vivemos em uma sociedade que está com constantes mudanças, exigindo de cada indivíduo que nos atualizemos cada dia mais, incluindo os avanços tecnológicos. Essa exigência faz com que as pessoas que não tiveram oportunidade de estudo ou alguma dificuldade retornem a sala de aula.

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção apresentamos os números da coleta de dados por meio de tabelas, já com alguns resultados quantitativos parciais, e far-se-á, em seguida, suas descrição e análise. Sendo que em um primeiro momento serão expostos alguns dados de identificação e, posteriormente, aqueles relacionados a questões a respeito da leitura.

Em relação à idade dos alunos, houve variação entre 15 e 48 anos com os alunos do sexto ano. Com relação aos alunos do nono ano a variação é entre 15 e 23 anos. Sendo que estes somam 58% dos alunos do sexo masculino, e aquele somam 60% do sexo masculino.

Perguntas	EJA	
	6º ano	9º ano
1. Assinale as opções de suportes que existem sempre ou frequentemente na sua casa:		
Livros	05	04
Revistas	04	02
Jornais	05	02
Internet	08	10
2. Você gosta de ler?		
Sim	06	08
Não	04	04
Não responderam	00	00
3. Você entende os textos que a professora pede para ler ou coloca nas provas?		
Sim	06	09
Não	03	03
4. Ao ler um livro, uma revista ou um texto, você costuma:		
Ficar no início	00	01
Parar na metade	04	03
Ir até o final	05	07
Só olhar a capa e as figuras	01	01
5. Durante a leitura, você faz anotações:		
Ao lado da leitura	04	01
Em página a parte	03	02
Em nenhum lugar	03	09
Não responderam	00	00
6. Qual o livro que você mais gostou de ler até hoje? Por quê?		
7. Você lê livros além daqueles solicitados na escola? Aproximadamente, quantos por ano?		
Sim	05	01
Não	05	07

Às vezes	00	00
Não responderam	00	04
Média de livros lidos durante um ano:		
Dez livros	01	01
Mais de dez livros	00	00
Menos de dez livros	00	00
Não sabiam	00	00
8. Descreva como são as atividades de leitura na escola.		
9. Você gosta como são as atividades de leitura na escola?		
Sim	10	08
Não	00	03
Não responderam	00	01
10. Há variedades nos textos trazidos pela professora?		
Sim	10	08
Não	00	03
Mais ou menos	00	01
11. Você lê jornal ou revista? Qual (is)?		
Sim	07	04
Não	03	05
Às vezes	00	00
Não responderam	00	03
O quê?		
Jornais	03	01
Revistas	02	01
Jornais e revistas	01	02
Jornais, revistas e Bíblia	00	00
Não informaram	01	00
Revistas citadas, conforme tema:		
Revistas de informação/científicas	00	03
Revistas específicas para adolescentes	00	00
Revistas de esportes	00	00
Revistas sobre os famosos e/ou novelas	01	00

Outras	01	01
Não especificaram	05	00
12. De que forma a professora incentiva as atividades de leitura?		
13. Seus pais costumam ler?		
Sim	05	01
Não	05	08
Às vezes	00	01
Não muito	00	00
Não responderam	00	02
14. Que tipo de leitura seus pais costumam ler?		
Livros	00	01
Revistas	00	01
Jornais	01	00
Livros, revistas e jornais	00	00
Livros e jornais	00	00
Livros e revistas	00	00
Jornais e revistas	00	00
Poemas	00	00
Livros e apostilas	00	00
Bíblia	03	00
Bíblia e livros	01	00
Bíblia e jornais	00	00
Bíblia e revistas	00	00
Bíblia, jornais e revistas	00	00
Bíblia, livros e jornais	00	00
Faturas de água, de luz e bula de remédio	00	00
Não sabem	00	00
Não responderam	05	10

Tabela 1 - Análise dos dados da Pesquisa Fonte: Autor

Em relação à questão número 08, na qual se solicitou uma descrição das atividades de leitura realizadas na escola, os alunos dos sextos anos da Escola de ensino Fundamental de uma escola do Município versaram sobre diversas atividades

sendo que as mais citadas foram: livros, Xerox, exercícios no quadro, trabalhos em grupo. Quando perguntados de que forma a professora incentiva as atividades de leitura, a maioria dos alunos respondeu que a mesma o faz por meio da ênfase na importância da leitura.

Neste sentido, observamos que o incentivo por parte do professor e a seleção de textos que despertem a atenção dos alunos é fundamental para aproximá-los das práticas de letramento. Entendemos que disponibilizar diferentes gêneros textuais se faz importante para que o aluno possa produzir novas ideias e ainda interpretá-las. Sendo assim, faz-se imprescindível que haja o envolvimento de todas as disciplinas em utilizar textos e o incentivo por parte dos professores.

Kaufman (1995) p. 45 “para selecionar um texto, é necessário ter consciência de que os materiais devem estar relacionados à série correspondente.” O professor é o grande mediador, e quem seleciona e disponibiliza textos inteligentes e interessantes, sendo ele o promotor da leitura e formador de leitores, é ele que criará situações estimuladoras e desafiadoras.

Para Silva (1998, p. 31) em termos de realidade podem-se explicar as funções da leitura da seguinte forma:

1. A leitura é essencial para qualquer área do conhecimento.
2. A leitura está relacionada ao sucesso acadêmico do indivíduo e diretamente ligada a não evasão escolar.
3. A leitura é um dos principais instrumentos para aproximar o ser humano e diminuir o preconceito.
4. Facilita a aprendizagem e diminui a massificação executada pela televisão.
5. A leitura possibilita diferentes pontos de vista e alarga as experiências das pessoas que aprendem.

O docente deve trabalhar com textos do contexto real dos alunos, para daí sim, iniciar a leitura de forma prazerosa e criativa, contando juntamente com os demais professores, pois a leitura está presente em todas as matérias.

Na questão 01, quando questionados referente ao acesso a internet, 81% do total dos alunos responderam que possuem acesso a internet. Entendemos que acessar os meios tecnológicos, especialmente, a internet pode interferir na produção de conhecimento do aluno, usada com objetivos pedagógicos que visem

à inserção do aluno no meio digital a internet facilita a troca de informações e ultrapassa os limites da sala de aula. A utilização de tecnologias nas escolas pode contribuir para melhorar tanto o aprendizado quanto o interesse dos alunos, no entanto, o uso das tecnologias da informação ou comunicação torna-se ou não efetiva nas práticas educacionais por meio dos usos que os participantes - professores ou alunos - fazem dela (COLL, MAURI, ONRUBIA, 2010).

Pode-se verificar também que os livros, revistas e jornais estão presentes na casa de menos da metade dos alunos entrevistados. Ou seja, parte dos alunos tem possibilidade de contato com diversos gêneros textuais em casa. O que nos faz refletir a respeito do papel da escola para aproximar e possibilitar o acesso à leitura e à escrita aos alunos, atuando em relação à formação de leitores, devendo a mesma fornecer condições para o hábito da leitura. Sendo essencial a participação dos professores nesse processo. Raimundo (2007, p. 109) destaca que:

Se à escola foi dado o objetivo de formar leitores, o professor é o principal executor desse projeto, e dele será o dever de apresentar o mundo da leitura ao aluno. A maneira como o professor realizar essa tarefa será decisiva para despertar ou não o interesse pela leitura.

Questionados sobre seu gosto pela leitura, questão 02, em todas as séries nas quais se aplicou o questionário, a maioria dos alunos afirmou gostar de ler; porém, nas séries que precedem o ingresso dos discentes no Ensino Médio, proporcionalmente ao número de entrevistados, houve maior incidência de alunos que gostam de ler, com aumento percentual na faixa dos 6%.

Nesse sentido, Solé (*apud* CORREA, 2012, p.4) destaca como proposta para auxiliar o aluno no desenvolvimento de suas habilidades para o processo da leitura. Primeiramente, que

o professor incentive o aluno, desafiando-o com leituras desconhecidas, prática de leitura fragmentada, lendo duas páginas por dia. A segunda proposta da autora é traçar objetivos de leitura. O leitor precisa saber os motivos que o levaram a ler aquele determinado texto. Os bons leitores não lêem qualquer texto da mesma maneira, pois cada leitura vai depender do seu objetivo. Haverá inúmeros objetivos em diferentes situações e momentos.

A prática da leitura em sala deve funcionar como uma motivação a uma leitura mais eficiente.

Ainda tentando encontrar meios significativos que apontem para o gosto dos alunos pela leitura, foi questionado se os estudantes fazem anotações no decorrer dos textos, na questão 5. Os alunos do sexto ano, 70% fazem algum tipo de anotação. Já os alunos do nono ano apenas 25% fazem algum tipo de anotação. Acerca disso, com amparo em Bazerman (2006), *reagindo à leitura*, o autor afirma que um dos exercícios fundamentais para “o desenvolvimento de reações mais amplas e reflexivas” (BAZERMAN, 2006, p. 40) por parte dos alunos é a anotação de comentários a respeito da leitura nas margens do texto. E os professores devem “encorajar os alunos a anotar seus pensamentos sobre a leitura através de notas nas margens.” (BAZERMAN, 2006, p. 40).

Porém, é evidente que, para se conseguir atingir o proposto por Bazerman, o professor deve utilizar uma prática docente que facilite a interação entre autor e leitor, já que “todo falante é por si mesmo um respondente” e este fato “pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa, mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações”. (BAKHTIN, 2003, p. 272)

Com o objetivo de verificar em que ponto o fator intraescolar ‘atividades de leitura proporcionadas pelo professor’ influencia no interesse ou não pela leitura, fez-se a quarta pergunta.

Por fim, apuraram-se os hábitos de leitura dos pais para se tentar desvendar, por meio de um viés social, se seus costumes influenciam no interesse dos filhos pela leitura. Sendo que 59% do total dos pais dos alunos do sexto e nono ano não lêem. Por meio desses resultados, não se podem tirar conclusões definitivas acerca da influência dos pais no gosto pela leitura dos alunos; porém, é entendemos que existe, sim, influência dos pais no gosto ou não pela leitura dos filhos, uma vez que o aluno está inserido em um determinado contexto social e vivencia e participa de práticas de letramento no meio social em que vive. Percebemos que o diferencial é a Bíblia, que, como apontam os resultados, é parte integrante da vida das famílias.

É sabido que, nos documentos norteadores do sistema educacional brasileiro, o papel básico da escola é formar um sujeito crítico e apto a interagir em todos os campos da sociedade na qual está inserido e que o objetivo principal do ensino de Língua Portuguesa é prover os recursos para que os estudantes tenham acesso aos saberes linguísticos necessários para essa interação.

Da mesma forma, é lugar comum que o alcance desse objetivo somente será possível, mediante um trabalho árduo e textual, com comprometimento dos professores no tocante ao fornecimento de subsídios para o acesso aos novos conhecimentos e à exposição a um número significativo de gêneros textuais, relacionando os diferentes tipos de texto aos seus usos sociais.

No entanto, fazendo a análise dos dados, não foi possível constatar que a perda de interesse tenha relação direta com o hábito de ler dos pais, nem com o incentivo dos professores ou as atividades desenvolvidas na escola, já que, segundo os alunos, a maioria dos pais costuma ler e as atividades de leitura são satisfatórias.

Após diversas tendências pedagógicas tentarem resolver ou simplesmente apontar os motivos para a concretização dessa realidade, elaboraram-se os Parâmetros Curriculares Nacionais, sob a justificativa de fornecer uma educação básica a todos.

Segundo Bazerman (2006), além disso o educador deve sempre levar em consideração a bagagem do aluno, ao propor novas práticas de leitura, visto que este entrelaçar de antigos e novos conhecimentos é fundamental para a expansão das possibilidades do uso da linguagem a partir da variedade de gêneros textuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que para a efetivação do papel da escola e do objetivo do ensino de Língua Portuguesa, de acordo com os documentos norteadores do sistema educacional brasileiro, é necessário um trabalho essencialmente textual, com um profundo empenho do professor, incentivando a leitura em sala de aula e

proporcionando aos alunos uma exposição ao maior número de gêneros textuais possível.

E pontuamos como estratégias que podem contribuir para o letramento:

- Incentivo por parte do professor como mediador;
- Seleção de textos que despertem a atenção dos alunos;
- A prática da leitura como motivação;
- Disponibilizar diferentes gêneros textuais para que o aluno possa produzir novas ideias;
- Relacionar os diferentes tipos de texto aos seus usos sociais;
- Envolvimento de todas as disciplinas;
- O docente deve trabalhar com textos do contexto real dos alunos;
- Acessar os meios tecnológicos, com objetivos pedagógicos que visem à inserção do aluno no meio digital;
- A escola deve possibilitar o acesso à leitura e à escrita aos alunos, fornecer condições para o hábito da leitura;
- Os professores devem “encorajar os alunos a anotar seus pensamentos sobre a leitura através de notas nas margens”;

Por fim, como desdobramentos desta investigação, entendemos que precisamos avançar com estudos futuros acerca do mapeamento para responder a principal questão colocada: estratégias que possam contribuir para o letramento dos referidos estudantes. Entre eles estão: **1)** ampliar o universo de escolas para empreender esta investigação; **2)** analisar os materiais didáticos e propostas pedagógicas durante a interação aluno-professor com o propósito de responder a mesma pergunta proposta por este estudo.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**, IN: Estética da criação verbal. (trad. Paulo Bezerra). São Paulo: Martins Fontes, 2003. p. 262 – 306.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros, agência e escrita**. Ângela Dionísio e Judith Hoffnagel (orgs.). São Paulo: Cortez, 2006. 133 p.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: 1997. 144p.

Brasil. [Lei Darcy ribeiro (1996)]. LDB : **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** : Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional [recurso eletrônico]. – 8. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013. 45 p. – (Série legislação ; n. 102)

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Língua Portuguesa**. Brasília: 1997. 144p.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Ed., 2004. 108 p.

COLL, César; MAURI, Teresa; ONRUBIA, Javier. A Incorporação das Tecnologias de Informação e Comunicação na Educação: Do projeto técnico-pedagógico às práticas de uso. In: COLL, César; MONEREO, Carles (Orgs.). **Psicologia da Educação Virtual: Aprender e ensinar com as tecnologias da informação e comunicação**. Porto Alegre: Artmed, 2010, p. 66- 96.

CORREA, Juliana de Oliveira. **Práticas de leitura na sala de aula**. 2012. Acessado em 19 de maio de 2015 disponível em <http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/viewFile/10/9>

COUTINHO, Marina Henriques. **Práticas transformadoras – lugares e caminhos**. acessado em 14 de junho de 2014. <http://www.juventudearte.org.br/eReflexaoAnexo/21/05bfc6b26c65069236d706d041d80f5f.pdf>

CRICIÚMA. Secretaria Municipal de Educação. **Proposta Curricular da Rede Municipal de Criciúma: Currículo para a diversidade: sentidos e práticas**. Criciúma: 2001. p. 89 – 104.

GOULART, Cecília. **Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo**. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006 acessado em junho de 2014. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a06v1133.pdf>

KAUFMAN, Ana Maria. **Escola, leitura e produção de textos**. Porto Alegre: Artmed, 1995.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva. Gêneros textuais & ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2002. p. 19 – 36.

PAULA, Valderly Maria dos Santos Rodrigues de. **FRACASSO ESCOLAR: QUEM SÃO OS CULPADOS?** acessado em 12 de julho de 2014. <http://periodicos.uems.br/novo/index.php/anaispba/article/viewFile/150/85>

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** São Paulo: Mercado de Letras, 2000. 95 p.

RAIMUNDO, A. P. P. **A mediação na formação do leitor.** In: CELLI – COLÓQUIO DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS, 3., 2007, Maringá.

RAMOS, Elenita de Lima. RAMOS, Maria Alice Sens Brezinski. **LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL** 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014. 78 p.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas Curriculares.** Florianópolis: COGEN, 1998. p. 55 – 104.

SANTOS, Carmi Ferraz. **Alfabetização e letramento: conceitos e relações / organizado** por Carmi Ferraz Santos e Márcia Mendonça. 1ed., 1reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 152 p. Acessado em junho de 2014.

http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Alfabetizacao_letramento_Livro.pdf

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política.** 31. ed. Campinas: Autores Associados, 1997. p. 5 – 45.

SILVA, Ezequiel Teodoro. **Elementos da pedagogia da leitura.** 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica, 1998.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social.** 17. ed. São Paulo: Ática, 1986.